

EU, PROFESSORA DA SALA DE RECURSO, PERCEPÇÕES DOCENTES E A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Maria Bethânia de Lima Santos ¹
Terezinha de Jesus Reis Vilas Boas ²
Mariá de Nazaré Conceição Sena ³

RESUMO

Este trabalho é o recorte de uma pesquisa ⁴desenvolvida em uma escola de Ensino Fundamental - anos iniciais. O objetivo deste foi analisar a percepção dos professores sobre a importância da sala de recursos multifuncional Tipo I- Atendimento Educacional Especializado - AEE, no processo de inclusão do aluno com deficiência-Espectro Autista-TEA, no ensino regular. A pesquisa contou com a participação de 05 profissionais da educação, os quais exercem diferentes funções na escola. No estudo foram seguidos os pressupostos da pesquisa qualitativa, com ênfase nas práticas da pesquisa participante, utilizando a observação e o questionário com perguntas semiestruturadas, para coleta de dados. O referencial teórico contempla informações da Educação Especial, apontando a Transtorno do Espectro Autista como um dos maiores desafios nesse processo. Apresenta a sala de recursos como apoio no processo inclusivo e a importância da presença do professor especializado, para esse atendimento. Os resultados demonstraram a importância da sala de recursos no processo inclusivo. No entanto, enfatiza-se que o trabalho realizado nesse contexto não deve, em hipótese alguma, ser equiparado ao reforço escolar ou à mera repetição dos conteúdos ministrados na sala de aula regular. Este ambiente deve ser concebido como um terreno de desafios, no qual os alunos com deficiência têm acesso às condições fundamentais para estimular seu processo de aprendizagem, visando ultrapassar suas próprias limitações e alcançar uma inclusão genuína.

Palavras-chave: Espectro Autista, Inclusão, Educação Especial, Sala de Recursos, Atendimento em Sala de Recursos.

INTRODUÇÃO

A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular tem sido um tema amplamente discutido no meio educacional na contemporaneidade. No Brasil, essa e outras deficiências tiveram seu marco histórico com a Declaração de Salamanca (1994) - movimento mundial pela inclusão (BUENO, 2008), organizado pelas Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Nesse

¹ Mestranda em Educação do PPGE da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, mbeclima@gmail.com

² Pós-Doutora em Educação pela UNIOESTE do Paraná (PR), terezinha.vilasboas@ifam.edu.br

³ Mestranda em Educação do PPGE da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, mariadenazaré@ifam.edu.br

⁴ Realização de Atividade, com docentes da sala regular, sobre a importância da Sala de Recurso para atendimento do aluno com TEA.

sentido, Breitenbach, Honnef e Costas (2016) corroboram que a partir dessa referida conferência muitas pessoas passaram a se referir à educação inclusiva e à Educação Especial como conceitos sinônimos, compreendendo que a educação inclusiva nasceu para justificar a inserção dos alunos da Educação Especial nas classes de ensino regular. Na mídia, em trabalhos acadêmicos e nas políticas governamentais, têm-se discursos de promoção da educação inclusiva no cenário da Educação Especial, defendendo a inserção dos alunos figurados como público-alvo da Educação Especial em escolas comuns, passando essas escolas a serem denominadas de inclusivas.

Nessa direção, Lopes e Marquezine (2012) e Matos (2003) acrescentam que esse tema tem sido objeto de estudos e pesquisas de muitos estudiosos, que estavam ou estão ligados à Educação Especial, e tem provocado calorosas discussões. Além disso, pode-se perceber que a produção científica na área da Educação Inclusiva vem aumentando, demonstrando assim, a importância e a necessidade de aprofundar o assunto e achar respostas para muitas questões que orbitam essa temática.

O atual cenário demonstra que a maioria das escolas se apresenta com falta de preparo, seja no campo docente, seja na parte da estrutural para incluir os alunos com deficiência e dar atendimento adequado a essa nova demanda. Todavia, muitos estabelecimentos de ensino têm tentado adequar suas ações, buscando atender os alunos PCDs.

Nesse sentido, Lopes e Maquezine (2012) ao citar Miranda (2010, p.62), acrescentam que a questão dos saberes necessários para atuar na escola inclusiva, afirma ser “a incorporação de alunos com deficiência no ensino comum” o maior desafio para o sistema educacional. Sobre o assunto, Mazzaro (2007, p.103) registra “[...] Os professores tentam adequar suas práticas pedagógicas às propostas de inclusão, porém, faltam-lhes as condições básicas para atender à diversidade, que requer estrutura que a escola não possui”.

Como forma de auxiliar tais dificuldades o Governo Federal criou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) dentre suas diretrizes busca o atendimento dos estudantes da Educação Básica das redes estadual, municipal e Distrito Federal, destinando-se também para escolas públicas da Educação especial. Repasses que têm fortalecido o atendimento aos estudantes com deficiência matriculados nas escolas públicas, com material pedagógico, jogos e organização da sala de recurso.

Nessa realidade, Lopes e Marquezine (2012) corroboram que ao se fazer opção pela construção de um sistema educacional inclusivo, em consonância com os postulados da Declaração de Salamanca (1994), é iniciada, no Brasil, uma reconfiguração das modalidades de atendimento e serviço aos alunos com deficiência, entre as quais figura a sala de recursos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) encontra-se o conceito desse serviço de apoio à inclusão, pelo qual deve ser desenvolvido o atendimento educacional especializado (AEE) na escola, envolvendo-se professores com diferentes funções. Assim, na descrição de Lopes e Marquezine (2012) as Salas de Recursos oferecem serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns [...].

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica determinam que o serviço em escolas, seja em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. [...]. (BRASIL, 2001, p.50).

Para atender os alunos com diferentes deficiências na escola, em especial, aqueles com características associadas aos indivíduos com TEA, tem sido um grande desafio e a sala de recurso representa um espaço de grande ajuda nesse sentido. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista TEA, apresentam muitas dificuldades com relação à linguagem, relacionamento e comportamento. Por isso, a escola deve fortalecer a empatia e buscar um atendimento mais especializado para ajudar esses alunos.

Fación (2008, p. 68 e 69) discute sobre as manifestações linguísticas presentes no comportamento dos alunos, destacando tanto a expressão (oral e escrita) quanto a recepção da linguagem (compreensão), podendo estas serem observadas de forma individual ou combinadas. Alguns alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem não desenvolver habilidades verbais, não emitindo palavras, o que ocasionalmente pode levar à confusão com outras deficiências, como a surdez. Outros podem apresentar padrões linguísticos atípicos, como a repetição de trechos de frases, slogans e sons. Além disso,

conforme apontado por Fación (2008), os alunos com TEA frequentemente enfrentam dificuldades significativas na memorização de sequências e eventos cotidianos. Na rotina escolar, é comum que esses alunos encontrem dificuldades em expressar emoções aos outros, como dor, tristeza e alegria. A agressividade também pode ser um aspecto relevante no contexto do TEA.

A Lei 12.764/2012 assegura que, em situações de evidente necessidade, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) inseridas em classes regulares de ensino têm direito a um acompanhante especializado. No entanto, é lamentável constatar que essa garantia nem sempre é efetivamente cumprida.

Na sala de aula regular, um aluno com autismo enfrenta uma série de desafios decorrente de suas características individuais, o que pode desestabilizar sua rotina. Um professor despreparado para lidar com alunos que têm Transtorno do Espectro Autista inevitavelmente encontrará dificuldades significativas. Nesse contexto, a formação dos professores emerge como um aspecto crucial na inclusão de alunos com TEA. Conforme observado por Fación (2008, p. 69)

“A educação de crianças autistas, seja no ambiente regular ou especial, apresenta desafios contínuos para o professor. Isso requer que o educador constantemente reavalie suas práticas pedagógicas, muitas vezes adaptando seus planos de aula, modificando recursos tradicionais de ensino e criando estratégias que atendam às necessidades individuais do aluno”.

Compreendendo que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, especialmente, alunos com autismo, apresenta desafios significativos no ambiente escolar e reconhecendo o papel crucial dos professores nesse cenário, é fundamental explorar mais profundamente as percepções e atitudes dos educadores sobre esse tema. Essas percepções e atitudes podem moldar suas práticas em sala de aula, sua abordagem aos alunos com autismo e sua mediação do processo de ensino-aprendizagem e das interações sociais na escola.

METODOLOGIA

A pesquisa foi delineada com o objetivo de analisar a percepção dos professores sobre a importância da sala de recursos multifuncional Tipo I - Atendimento Educacional Especializado (AEE), no processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular. Neste

artigo, buscou-se identificar os aspectos da realidade de uma escola municipal, no que concerne ao processo de inclusão dos alunos na classe regular e seu atendimento na sala de recursos. A pesquisa contou com a participação de 05 profissionais da educação, os quais exercem diferentes funções na escola. No estudo foram seguidos os pressupostos da pesquisa qualitativa, com ênfase nas práticas da pesquisa participante, utilizando a observação e o questionário com perguntas semiestruturadas, para coleta de dados. O referencial teórico contempla breve histórico da Educação Especial, apontando o Transtorno do Espectro Autista como um dos maiores desafios nesse processo. Apresenta a sala de recursos como apoio no processo inclusivo e a importância da presença do professor especializado, para esse atendimento. Na compreensão de que ambiente deve ser um espaço de desafio no qual o aluno, com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do questionário foram trabalhados por meio de análise interpretativa.

Os participantes foram caracterizados conforme tabela 01 abaixo:

Tabela:01

Identificação	Função	Formação Acadêmica	Tempo de Serviço
P 1	Diretora	Mestre em Biologia	12 anos
P 2	Pedagoga	Especialização	08 anos
P 3	Professora	Pedagogia	09 anos
P 4	Professora	Pedagogia	15 anos
P 5	Professora	Pedagogia	09 anos

Fonte: **Elaborados autores**

Os participantes foram definidos com código P, seguido dos algarismos de 1 a 5 com vistas à garantia do anonimato e à proteção dos sujeitos.

Na percepções dos professores ao ser perguntado sobre a importância da sala de recurso no ambiente escolar, os participantes 01 e 02 responderam de forma semelhante que *“é um suporte valioso pois as crianças com TEA, quando inseridas no ambiente escolar, deixam mais evidentes as dificuldades de linguagem, relacionamento e comportamento com os outros”*. Nesses âmbitos, especificamente referente ao Transtorno do Espectro Austista, o acesso é garantido na Lei 12.764 no art. 3º, inciso IV: IV – o acesso: a) à educação e ao ensino

profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

De modo geral, os participantes reconheceram a necessidade de adaptações curriculares, suporte individualizado e parceria com outros profissionais para promover o sucesso acadêmico e social desses alunos. E também, sinalizam que os desafios enfrentados na inclusão do aluno com TEA, incluem a falta de formação específica, a necessidade de recursos adequados, a gestão de comportamentos desafiadores e a promoção da interação social.

E por fim, sinalizaram estratégias eficazes apesar dos desafios, pois os professores destacaram algumas estratégias eficazes na inclusão do aluno com TEA, como o uso de rotinas estruturadas, a diferenciação de atividades, o estabelecimento de parcerias com os pais e a colaboração com profissionais especializados. As imagens 1 e 2 abaixo, demonstram a professora em atendimento aos alunos com TEA e outras deficiências na sala de recurso.

Imagem- 01: Atendimento



Fonte: Arquivo autores

Imagem 2: Sala recurso da escola



Fonte: Arquivo autores

Referente a essa importância, Glat (2007) afirma que existe um desafio para além de manter esses alunos na sala de aula, reside em proporcionar-lhes participação educacional e social, sem dúvida, um aspecto marcante são as dificuldades encontradas pelos professores.

Além disso, os resultados obtidos revelaram uma variedade de percepções por parte dos professores em relação à importância da Sala de Recursos Multifuncional Tipo I -

Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular.

Enquanto alguns respondentes destacaram a sala de recursos como um espaço fundamental para oferecer suporte individualizado aos alunos com TEA e facilitar sua participação efetiva na sala de aula regular, outros expressaram preocupações sobre a eficácia do AEE em atender às necessidades específicas desses alunos. Essas diferentes percepções destacam a complexidade e os desafios associados à inclusão de alunos com TEA, ressaltando a importância de uma abordagem colaborativa e contínua entre os professores do ensino regular e os profissionais da sala de recursos para garantir uma inclusão efetiva e de qualidade para todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, como professora da Sala de Recurso, o estudo das percepções docentes sobre a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é crucial para aprimorar práticas pedagógicas inclusivas e garantir o pleno desenvolvimento educacional desses alunos. Ao analisar as experiências e desafios enfrentados pelos professores, é possível identificar lacunas na implementação efetiva das políticas de inclusão previstas em legislação, como a Lei 12.764/2012, que garante acompanhamento especializado para alunos com TEA em classes comuns de ensino regular.

A constatação de que nem sempre essa garantia legal é cumprida revela a necessidade de maior investimento em recursos humanos e capacitação docente, bem como de uma conscientização mais ampla sobre as necessidades específicas dos alunos com TEA. Isso inclui a promoção de ambientes escolares mais acolhedores e adaptados, onde esses alunos possam não apenas participar, mas também prosperar academicamente e socialmente.

É fundamental que como professora da Sala de Recurso, eu e meus colegas docentes estejamos constantemente engajados em reflexões sobre nossas práticas, buscando maneiras de tornar a inclusão uma realidade palpável e efetiva em nossas escolas. Isso implica não apenas em ajustes estruturais e organizacionais, mas também na valorização da diversidade e na promoção de uma cultura escolar inclusiva, onde cada aluno, independentemente de suas diferenças, seja reconhecido e respeitado em sua individualidade.

Portanto, como educadora comprometida com a inclusão e o bem-estar de todos os alunos, é imperativo que eu e meus colegas nos engajemos em um contínuo processo de aprendizagem e adaptação, visando não apenas atender às exigências legais, mas principalmente garantir que a inclusão seja vivenciada como um valor intrínseco à nossa prática educativa, promovendo assim uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020

LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C. **Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores** Relato de Pesquisa • Rev. bras. educ. espec. 18 (3) • Set 2012.

BREITENBACH, F. V.; HONNEF, G.; F. A. T. COSTAS. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Artigo Original** • Ensaio: aval. pol. públ. educ. 24 (91) • Apr-Jun 2016

FACÍON, J. R. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. Editora IBPEX, 2ª edição, 2008

MARQUEZINE, M.C. **Formação de profissionais/professores de educação especial - deficiência mental e Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: um estudo de caso**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-graduação em Educação, Marília, 2006.

MATOS, S.R. **Educação, cidadania e exclusão à luz da educação especial** - retrato da teoria e da vivência. Revista Benjamin Constant. Rio de Janeiro, 2003.

MAZZARO, J. L. **Baixa visão na escola: conhecimentos e opiniões de professores e pais de alunos deficientes visuais**, em Brasília, DF. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MIRANDA, C.R.S. **A Educação inclusiva e a escola: saberes construídos**. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

PARANÁ. SEED/SUED. **Instrução 04/2004**. Critérios para Sala de Recursos, séries iniciais do Ensino Fundamental. Curitiba, 2004.